

Universidades Estaduais Paulistas: breve história em perspectiva comparada.

Martha A.S. Lucchesi¹

NUPPs/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O objetivo deste trabalho é traçar um breve histórico da USP, da UNICAMP e da UNESP, as três universidades públicas do Estado de São Paulo. O objeto deste estudo é o contexto político da criação das três universidades, analisado comparativamente em seu marco legislativo e na perspectiva de atuação dessas instituições para a consolidação de princípios e procedimentos democráticos no processo de redemocratização do país e, particularmente, para o desenvolvimento do Estado de São Paulo. Para pensar o problema optou-se por focalizar o estudo da legislação universitária, do acervo do jornal *O Estado de S.Paulo* - face seu protagonismo na criação da USP - foram também consultados outros documentos, como o Jornal da UNICAMP e o CEDEM (UNESP). O referencial teórico está centrado nas obras de Schwartzman, Oliveiros S. Ferreira, Durham, Irene Cardoso, Jackson, Moisés entre outros. O crescimento das universidades estaduais paulistas foi mais intenso após a década de 1980. Pode-se dizer que elas constituem um sistema de ensino superior do estado com maior desenvolvimento da Federação, que sempre teve autonomia em relação ao poder federal, organizado na década de 1930. Foi a privilegiada situação econômica do estado de São Paulo que permitiu a formação e manutenção de um sistema universitário bem estruturado e financeiramente sustentado, que incidiu, em contrapartida, diretamente sobre o desenvolvimento do Estado.

Palavras-chave: Universidade, história, políticas públicas, democracia.

INTRODUÇÃO

Em 2014 o Brasil registra 50 anos do golpe militar de 1964 e, em meio a controvérsias e consensos, este momento de consolidação de 25 anos de democracia, oportuniza um novo olhar sobre a trajetória das três universidades estaduais paulistas. Os caminhos percorridos por estas instituições permitem desvendar as particularidades dos sistemas educativos nacionais, considerando que as forças políticas, sociais, culturais podem determinar as características das políticas de educação adotadas pelos governos do Estado. O foco da análise centra-se nas relações entre princípios democráticos, as políticas públicas para a educação superior e os consequentes

¹Martha Abrahão Saad Lucchesi. Pós-doutora em Políticas Públicas para o Ensino Superior, doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduada em Letras (PUCCAMP) e Pedagogia, é advogada e pesquisadora permanente no Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPs) da Universidade de São Paulo. Este trabalho é parte integrante do Projeto de Pesquisa “BRASIL, 25 ANOS DE DEMOCRACIA – BALANÇO CRÍTICO: INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA, E POLÍTICAS PÚBLICAS – 1988/2013” mgrlucchesi@uol.com.br

resultados para o funcionamento da recente democracia. Moisés (2008) afirma que: um regime democrático deve ser capaz de “assegurar princípios como o primado da lei, o respeito aos direitos dos cidadãos e o controle e a fiscalização dos governos.”

A interdisciplinaridade permeia este trabalho que, respeitando o estatuto de ciência de cada disciplina, está situado na fronteira das ciências jurídicas, da ciência política e da história da educação.

A escolha das três universidades foi feita em busca de um modelo analítico que as diferenciasse no complexo sistema de ensino superior paulista e brasileiro. Vale ressaltar que as três foram criadas por dirigentes notáveis e na vigência de regimes autoritários: a USP, em 1934 (Getúlio Vargas, governo provisório); a Unicamp, em 1966 (Castelo Branco, ditadura militar); e a Unesp, em 1976 (governo General Geisel).² Como constata Moisés, (2013)

O Brasil completou 25 anos de sua mais recente experiência democrática (1988/2013). Os ciclos eleitorais para a escolha de governos têm se sucedido normalmente segundo as regras constitucionais que asseguram a alternância no poder. Hoje estão mais garantidas as liberdades individuais fundamentais e houve certa ampliação dos direitos de cidadania, indicando alguma melhora no funcionamento das instituições republicanas. Depois de um interregno de mais de duas décadas de regime autoritário (1964/1988), as forças armadas retornaram às suas funções profissionais e nenhum ator político relevante reivindica a adoção de meios antidemocráticos para competir ou chegar ao governo no país. (*apud*, Moisés e Sanchez, 2014, p.99)

Para analisar o papel desempenhado por estas instituições desde sua criação até os dias atuais na consolidação da democracia brasileira, é preciso refletir, ainda que preliminarmente, sobre o conceito de democracia. Essa reflexão se faz extremamente relevante quando se pensa historicamente a criação e desenvolvimento destas universidades. A USP nasceu de um movimento pela democracia formal, liderado pela elite paulista. É nesse sentido que se deve ressaltar que, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, o entendimento de democracia é diferente daquele que caracterizou a origem da USP.

² Ressalte-se que, se a USP foi criada sob o governo provisório de Getúlio Vargas, tendo como interventor Armando de Salles Oliveira, a saga de criação das universidades paulistas sob regimes autoritários seria reescrita anos mais tarde, com a criação da Unicamp, sob o regime militar, em 1964, inaugurada pelo então presidente Castelo Branco, e também com a fusão dos institutos isolados e criação da Unesp, em 1976, sob a presidência do General Ernesto Geisel (1974-1979).

O'Donnell (2011), Diamond e Morlino (2005), Moisés (2010; 2012) e Moisés *et al.*, (2011) defendem que democracia não é um conceito simples, cuja existência ou ausência possa ser determinada em função de apenas alguns elementos concretos. O'Donnell (2011) mostra que há vários níveis de democracia, conforme sua qualidade e sua maturidade. Um primeiro estágio exige eleições livres e plurais, liberdade de manifestação do pensamento e possibilidade de alternância no poder. Em outro nível de desenvolvimento, a democracia se concretiza com a exigência da população por direitos individuais e coletivos e, ainda, pelo controle que exerce sobre governantes e órgãos públicos.

A história da Universidade de São Paulo esteve sempre ligada à luta pela democracia. Desde sua criação, em 1934, durante o governo provisório de Getúlio Vargas (Revolução de 1930, 1930-1934), ela deu voz à contradição da aparência democrática que não se concretizava em fatos. E é ainda sob a mesma óptica que se pode aventar a fundação da Unicamp, em 1966, em pleno regime de exceção, mas com vistas a uma democracia interna que a levasse a produzir conhecimento inovador para o desenvolvimento do estado e do país.

Buscar a trajetória da Unesp (1976) – iniciativa que, em 2015, completa 39 anos de existência – traz à tona o momento de início de distensão do regime militar; é mergulhar num momento especial da história do estado de São Paulo e do país. O movimento de aglutinação dos Institutos Estaduais de Ensino Superior (IEES), dispersos por todo o estado, traz movimentos que se assemelham no contexto mais amplo de eleições diretas, tanto no interior das universidades como em todo o país. Esse momento nos remete ao forte embate, na pauta política, em busca da redemocratização, com momentos de grande mobilização popular, que influenciaram fortemente a universidade. Ser espaço de preservação da democracia é parte integrante do próprio *ethos* da universidade, pois, na medida em que se configura como centro de produção e difusão do conhecimento, ela é também espaço de desenvolvimento do pensamento crítico.

O objetivo deste trabalho é traçar um breve histórico da USP, da UNICAMP e da UNESP, as três universidades públicas do Estado de São Paulo. O objeto deste estudo é o contexto político da criação das três universidades, analisado comparativamente em seu marco legislativo e na perspectiva de atuação dessas instituições na resistência à Ditadura Militar a partir de 1964 e para a consolidação de princípios e procedimentos

democráticos no processo de redemocratização do país e, particularmente, para o desenvolvimento do Estado de São Paulo.

METODOLOGIA

Procedeu-se a um rigoroso levantamento dos documentos históricos e acervos publicados sobre a gênese e o desenvolvimento das universidades paulistas. Para a parte da história da USP – e por razões também históricas – optou-se pela consulta ao acervo do jornal *O Estado de S. Paulo (Oesp)*, disponibilizado ao público a partir de maio de 2012. Para o levantamento da história da Universidade Estadual de Campinas foram utilizados os dados obtidos no acervo do *Jornal da Unicamp*, particularmente os da edição comemorativa dos 40 anos da universidade. Para a UNESP, além de consulta bibliográfica de autores que abordaram o tema, foram coletados documentos sobre a criação da Unesp disponibilizados pelo Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), e, ainda, informações obtidas em jornais da época.

O referencial teórico está centrado nas obras de Schwartzman (2006), Oliveiros S. Ferreira (2004) Durham (1978,2002,2012), Irene Cardoso (1982), Jackson (2007), Motta (2014), Moisés (2011,2014) entre outros.

O método de procedimento foi o comparativo, utilizando a análise do sentido histórico referente ao contexto político e a criação das universidades estaduais paulistas. A coleta de dados foi feita mediante consulta dos acervos acima descritos de cada universidade e complementada com pesquisa bibliográfica.

1934-A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A partir de 1900, até meados de 1930, o estado de São Paulo teve um surto de crescimento e modernização maior do que qualquer outra região do país. Para que o desenvolvimento do estado se consolidasse, a elite paulista compreendeu que precisava de profissionais formados no ensino superior. Para além das carreiras já existentes, como as de Direito, Engenharia e Medicina, era necessário formar um quadro de universitários que pensasse o desenvolvimento do Brasil com base em pesquisas científicas. Além disso, deveria pensar criticamente o país que, no momento da criação da USP, vivia sob o governo provisório de Getúlio Vargas.

A literatura comprova que a ideia de criação de uma universidade vinha sendo gestada desde 1925 e defendida pelo grupo de intelectuais liberais liderados por

Fernando de Azevedo, cujo círculo constituía-se em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* e seus integrantes. Tal projeto auferiu o benefício do momento histórico em que São Paulo, derrotado nas armas, buscava se consolidar pelo desenvolvimento industrial e, para tanto, deveria criar “elites pensantes” e professores competentes para confirmar-se no cenário nacional como uma força contrária ao governo provisório que retirara sua hegemonia política

A análise demonstra que o processo histórico que resultou na criação da universidade foram duas derrotas políticas para o estado de São Paulo. Primeiro, em 1930, quando o presidente Washington Luís apoiou Júlio Prestes para a presidência – candidato que foi eleito, mas não tomou posse. Esse fato põe fim à República “*café com leite*”, aliança entre São Paulo e Minas Gerais, que governou o Brasil por décadas; por meio de um golpe civil e militar, Getúlio Vargas forma o governo provisório. Segundo, quando da revolta de 1932, que culminou com a Revolução Constitucionalista. Portanto, a elite paulista centrou na educação a possibilidade de retomar a hegemonia no país. De acordo com Jackson (2007, p. 117), “em São Paulo, o arranjo histórico dado pela supremacia econômica do estado [...], e pelas derrotas políticas sofridas em 1930 e 1932, possibilitou o investimento político na reforma educacional que teve como pilar a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e, nela, da FFCL”. A notícia foi recordada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na comemoração dos 80 anos da instituição:

Em 25 de janeiro é criada, por decreto, a USP, instituindo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e agregando as já existentes Escola Politécnica, as Faculdades de Medicina, de Direito e de Farmácia e de Odontologia, o Instituto de Educação, a Escola de Medicina Veterinária e a Escola Superior Luiz de Queiroz, entre outras. A primeira aula é dada no prédio da Avenida Dr. Arnaldo. O Instituto Biológico, Instituto Butantan, Instituto de Higiene, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Astronômico e Geofísico, Museu Paulista e o Serviço Florestal passam a funcionar como instituições de ampliação de ação e ensino da USP. (*OESP*, 2014a, p. 5)

O mesmo jornal, em sua edição de 12 de maio de 1934, publica, na página 3, nota de congratulações do Conselho Federal de Educação pela nomeação de Reynaldo Porchat para o alto cargo de reitor da USP. Para Irene Cardoso (1982), “a criação de uma universidade pública, formadora da elite dirigente já era projeto das oligarquias paulistas há algum tempo”. Paradoxalmente, esse anseio se concretizou num momento

em que todos os procedimentos formais de uma democracia estavam suspensos, pois, de acordo com o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, foram suspensas as atividades legislativas e cabia ao interventor, nomeado pelo poder federal, exercer tanto as funções executivas como as legislativas.

A Universidade de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras eram fatores indispensáveis para transformar o Brasil, superando o caudilhismo e contendo a “horda” que tomara o poder em 1930 (FERREIRA, 2004, p. 3).

É nesse contexto político que a Universidade de São Paulo foi criada. Para Schwartzman (2006, p. 5), a “combinação de riqueza e frustração política contribuiu em não pouca medida para explicar as ambições originais da Universidade de São Paulo, e também seus primeiros sucessos”. Os idealizadores da criação de uma universidade para São Paulo foram Júlio de Mesquita Filho, Fernando Azevedo e Armando de Sales Oliveira, membros autoneameados de uma comissão denominada “A Comunhão Paulista Ilustrada” (CARDOSO, 1988, p. 24), responsável pela elaboração do projeto da universidade, no início da década de 1920.

O projeto da USP visava formar as elites paulistas. Pretendia-se uma clara divisão dos níveis de ensino de acordo com a classe social. Para as massas, destinava-se apenas o ensino primário; para a classe média, incluir-se-ia o secundário, e somente as elites teriam acesso ao curso superior. (Bosi, *apud* CARDOSO, 1982, p. 13). Naquele momento, a educação não era vista como um direito universal, tampouco sua expansão era entendida como uma das bases da democracia. O que se pretendia era criar “uma Universidade de alta cultura e que visava criar lideranças políticas e para o desenvolvimento do estado de São Paulo, após a frustrada tentativa separatista em 1932”. (*Idem*)

Em 26 de janeiro de 1934, *O Estado de S. Paulo* informava: “A Criação da Universidade de São Paulo – dando solução ao grande problema do ensino superior em nosso Estado o interventor assignou hontem³ o respectivo Decreto”:

[...] DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA,
Interventor Federal no Estado de S. Paulo usando das atribuições que
lhe confere o Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930
e,

³ Nas citações, será sempre mantida a grafia original da época.

considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de S. Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão, [...]

Art. 1º - Fica creada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo. (*OESP*, 26/1/1934, p. 3).

Observa-se o caráter elitista da universidade no destaque “processe a seleção dos mais capazes” para “a formação das classes dirigentes”. Ressalte-se que, no início do século XX, o caráter elitista predominava até mesmo na Europa, que já tinha ensino superior desde o século XIII. Da Antiguidade até a metade do século XX, o ensino superior era destinado apenas à elite social, econômica e intelectual. Os princípios enunciados estão a vigor até hoje nas universidades estaduais paulistas, por meio do rígido sistema de exames vestibulares. O recente sistema de cotas visa romper com essa condição, mas ainda hoje uma parcela dos estudantes que adquira seu grau em uma dessas universidades será alçada à condição dos mais qualificados e, ascendendo socialmente, ocupará os postos mais privilegiados na sociedade. A democratização, sem perda da excelência, vem se desenhando como um dos grandes desafios da USP neste início do século XXI.

A literatura a respeito da fundação da universidade ora enaltece os fundadores, ora os critica por sua atitude de conciliação com o governo federal logo após a fundação da USP. De qualquer ângulo que se procure elucidar o tema, na distância do tempo histórico em que este trabalho procura resgatar o passado para a compreensão do tempo presente, um aspecto, que nem mesmo os idealizadores e todos os que viveram o processo histórico da fase de consolidação poderiam vislumbrar, parece emergir: o de que, para além de seus críticos ou defensores, a USP se tornaria a primeira universidade

da América Latina, contribuiria para a resistência à ditadura, bem como para o processo de redemocratização do país e figuraria entre as melhores do mundo.

1964- A USP E O REGIME MILITAR

Podem-se distinguir dois períodos da intervenção do novo regime na USP. O primeiro vai de 1964 a 1966, com as demissões forçadas e comissões secretas que trabalham com o então reitor Gama e Silva; a segunda fase, de 1967 a 1969, abrange o período mais dramático de radicalização do regime, a partir do Ato Institucional n. 5, o AI-5, de 13 de dezembro de 1968. É verdade sabida que existiu uma rede secreta e anônima de resistência que contribuía para ocultar e conduzir os professores perseguidos e suas famílias para outros países.

Para Durham (2012), o regime militar não foi “monolítico” em relação à intervenção na universidade. Na primeira fase, ainda que presos e interrogados no inquérito policial conduzido pelo Tribunal Militar, havia professores que eram inocentados e liberados, alguns continuavam demitidos e outros foram readmitidos. Havia, por exemplo, aqueles que foram liberados sob o argumento de que sofriam perseguições pessoais e não políticas. Os professores resistiam em nome da democracia; eram contrários ao regime porque este eliminava as liberdades democráticas e as garantias individuais. Parte deles era composta por liberais e democratas, mas foram confundidos com “marxistas” e, por essa razão, também foram perseguidos. A autora afirma ainda, “No entanto, até 1968 havia mecanismos legais aos quais se poderia recorrer, a manutenção de julgamentos sob a égide da legalidade”

“O Ato Institucional n. 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985)”.Esse Ato, que vigorou até dezembro de 1978, “definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados”(D’ARAÚJO⁴, FGV-CPDOC, s/d),

A contribuição da Universidade de São Paulo na luta pela democracia durante o período da ditadura militar foi muito significativa e, apesar das pressões, perseguições e até invasões policiais, esta resistiu e procurou apoiar seus professores. Alguns nomes

⁴ Artigo publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

dos principais professores demitidos ou aposentados são citados por Durham e colaboradores (1978, pp. 57-58): “Paulo Singer; Elza Berquó; Isaías Raw; Villanova Artigas; Mário Schenberg; Alberto Carvalho da Silva e Hélio Lourenço de Oliveira (influência em prol da pesquisa científica); Bento Prado e José Arthur Gianotti; Octavio Ianni, outro jovem sociólogo de talento, pertencia ao grupo originariamente fundado por Florestan Fernandes e formava, com este e com Fernando Henrique Cardoso, o polo dinâmico da sociologia brasileira, e muitos outros”.⁵

1966-A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS-UNICAMP

Comparativamente, a UNICAMP nasce em 1962, a partir do curso de medicina, em outro contexto histórico, vinte e oito anos depois da USP. A pedra fundamental do futuro *campus* da Unicamp foi lançada pelo presidente Castelo Branco, em 1966, no primeiro período da ditadura militar. Mais uma vez se fazia presente o paradoxo da criação de uma universidade estadual em São Paulo por um governo não democrático. Havia, contudo, um interesse específico do governo militar na criação de uma universidade voltada à pesquisa: era necessário desenvolver as telecomunicações. Assim, as pesquisas em física e em fibras óticas foram as primeiras a serem iniciadas na nova universidade. Esses objetivos estavam em consonância com as posturas nacionalista e desenvolvimentista dos militares, e até mesmo com questões de segurança nacional (FÉTIZON, 2011).

Importante ressaltar que, entre a criação legal e a efetiva instalação da Faculdade de Medicina de Campinas houve um lapso de dez anos, pois, embora resolvidos os fundamentos legais para a criação da FMC, não foram previstos os meios materiais para possibilitar sua instalação. Somente em 1963 a Faculdade de Medicina foi autorizada a funcionar provisoriamente nas dependências da Maternidade de Campinas. Por ocasião dos 40 anos da universidade,⁶ o *Jornal da Unicamp* corrobora que a Faculdade de

⁵ Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, cientista político e professor emérito da Universidade de São Paulo, foi Presidente da República(1995-2002); Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo e político brasileiro, foi assistente catedrático, livre-docente e professor titular na cadeira de Sociologia, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; Octavio Ianni, sociólogo, integrou o corpo de assistentes da faculdade, na cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

⁶ Em artigo intitulado “FCM: Histórias do alvorecer da Unicamp”,

Ciências Médicas da Unicamp foi de fato a “unidade-embrião da Universidade”, lembrando que a FCM levou quatro anos para “sair do papel” (KASSAB, 2006).⁷

De acordo com Motta (2014, pp. 267-268), nos anos de 1970 despontaram vários reitores “empreendedores” que se inspiraram no clima do “milagre econômico” e entre estes Zeferino Vaz, dinâmico e competente à frente da Unicamp, da qual foi praticamente o “criador” (1966-67), contando com recursos e apoio estaduais e federais. Figura paradoxal, pois ao mesmo tempo em que afirmava seu empenho anticomunista, contratou professores da chamada “esquerda” para a universidade, como o economista Luis Gonzaga Belluzo, e o cientista social Carlos Estevam Martins, entre outros.

Sobre a criação da Unicamp, Schwartzman (2006, p. 14) observa que:

A Unicamp foi criada com a intenção clara de tornar-se uma universidade de pesquisa moderna e um polo de incorporação de alta tecnologia, sendo parte de um projeto ambicioso de desenvolvimento econômico e tecnológico empreendido pelo governo militar nas décadas de 1960 e 1970.

Uma das intenções era atrair de volta pesquisadores brasileiros que estavam trabalhando no exterior. Buscou-se, no programa de física aplicada, criar conhecimento que pudesse ser publicado internacionalmente. Para Schwartzman (2006, p. 14), a iniciativa foi bem-sucedida com “a criação de um Departamento de Física do Estado Sólido, dirigido por Sérgio Porto, Rogério Cerqueira Leite, José Ellis Ripper e outros cientistas brasileiros treinados nos Estados Unidos”. O Instituto de Física e o curso de engenharia eletrônica foram os primeiros. Schwartzman ainda assinala que:

É possível argumentar que, para essa nova geração de físicos e economistas, as características de uma moderna universidade de pesquisa e o papel mais tradicional de *intelligentsia* política eram indistinguíveis, e que, nesse sentido, eles seguiram o mesmo caminho que a USP havia iniciado. Em vez de energia atômica, os principais projetos para os físicos eram a autossuficiência em ciências da computação e a produção de novos materiais. (*Ibid.*)

O professor Edgar De Decca⁸ fez observações importantes sobre as contradições entre o contexto político desse período e a expectativa dos governos militares em relação às universidades:

⁷ A primeira unidade da Unicamp foi criada como instituto isolado de ensino superior em 25 de novembro de 1958, por meio de lei promulgada pelo governador Jânio Quadros. Em 28 de dezembro de 1962, a Universidade Estadual de Campinas (UEC) foi oficialmente criada pelo governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto, à qual foi incorporada a Faculdade de Medicina. Entretanto, somente cinco meses depois, em 20 de maio de 1963, é que a aula inaugural da universidade foi proferida (KASSAB, mar. 2006).

⁸ *Jornal da Unicamp*.

É muito importante ter em mente o crescimento da universidade brasileira no período porque, de novo, volto a insistir nos padrões de institucionalidade do Brasil. Qual foi o maior movimento de oposição que ocorreu na sociedade depois de 1964? Foram justamente os movimentos oriundos das universidades. Portanto, a universidade brasileira virou um foco de resistência mais forte e mais articulado ao governo militar instalado em 1964. Os olhos dos militares estiveram diretamente voltados para a universidade. A reforma universitária se tornou alguma coisa absolutamente urgente. O exército teve que interferir nesse setor que mostrava alto grau de articulação, razão pela qual há um processo complexo e interessante: ao mesmo tempo em que o governo militar solapa a instituição universitária cassando seus melhores cérebros no AI-5, busca-se fazer com que a universidade se transforme num eixo da própria política científica. (KASSAB, 2004)

Reflexão semelhante, sobre o papel da universidade como formação de massa crítica, para além do avanço tecnológico, foi expresso pelo professor Marcelo Ridenti, para quem esta era uma das “ambiguidades da ditadura”. As repressões aos “professores e estudantes considerados subversivos” geravam resistências e “o projeto de desenvolvimento exigia investimentos significativos em ciência e tecnologia, portanto, também na universidade” (*idem, ibid.*). Dessa forma, foram os debates acadêmicos que acabaram por gerar a maior resistência e questionamentos ao regime militar.

Em sua trajetória a UNICAMP traz “as marcas indelévels do regime militar, mas, sua comunidade acadêmica não permitiu – como desejavam a tecnoburocracia civil-militar e o grande empresariado (nacional e internacional) – que a instituição fosse um aparelho ideológico que legitimasse a “modernização conservadora”. (TOLEDO, 2013, pp. 10-11).⁹ Para o autor, algumas unidades de ensino e centros de pesquisa da universidade tiveram papel fundamental na resistência à política econômica, social e educacional do governo militar, por meio, inclusive, da organização de eventos que contaram com a participação de críticos de esquerda do país e do exterior.

1976-A CRIAÇÃO DA UNESP

A ampliação do sistema universitário foi consequência da demanda decorrente das transformações “da estrutura produtiva da sociedade, com a diminuição dos setores primário e secundário da economia e a ampliação do terciário” (DURHAM, 2002, p. 5). Isso porque, nas décadas de 1950 e 1960, “houve grande expansão da atividade industrial no estado de São Paulo, privilegiado pelo Plano de Metas de 1956, implantado pelo presidente Juscelino Kubitschek, quando a indústria paulista respondia por 52% da indústria nacional” (*idem*). Paralelamente, o trabalho não manual,

⁹ Caio de Toledo, professor aposentado da Unicamp.

exigia maior escolaridade, possibilitando a formação e a ascensão das classes médias urbanas.

Neste contexto, para atender a demanda da classe média, os Institutos Isolados de Ensino Superior do estado de São Paulo, ligados ao poder estadual, surgem em 1957, com a criação das faculdades de Marília, Assis, Rio Claro, Araraquara e Presidente Prudente. A interiorização da expansão do ensino superior paulista, no final dos anos 1950, passou também pela articulação dos interesses dos municípios, ou seja, de elites e políticos locais. Os deputados pressionavam o governo estadual pela instalação de ginásios e faculdades em suas regiões. Muitos desses institutos superiores tinham como finalidade a formação profissional, como é o caso da mais antiga dessas escolas, a Escola de Pharmacia e Odontologia de Araraquara, criada em 1923. Ela se tornou estadual em 1951, transformada em Instituto Isolado de Ensino Superior, nos moldes da lei n. 161/68, e foi incorporada pela USP, pela lei n. 1.390 (CASTILHO, 2009, p. 47). Em 1954 foram criados, também como institutos isolados, as Faculdades de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos e de Araçatuba, e, em 1958, as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, formando, assim, no final dos anos 1950, uma pequena rede de institutos disseminados por todo o estado de São Paulo.

No Brasil, o caminho até a universidade, geralmente, percorre diversas etapas, embora a lei contemple a possibilidade de uma instituição nascer como universidade. Mesmo nas universidades públicas, foi comum o nascimento através da fusão de faculdades isoladas e cursos já existentes. (LUCCHESI,2002)

As unidades criadas no interior paulista em fins dos anos 1950 e inícios dos anos 1960, em sua maior parte, abrangiam diversas áreas do conhecimento. Contudo, as escolas que viriam a compor a Unesp mantinham certa identidade, de acordo com o histórico da instituição: “Um grupo bastante expressivo, formado por sete unidades universitárias, num conjunto de 14, ocupando amplo espaço, constituído pelas chamadas Faculdades de Filosofia, voltadas preferencialmente para a formação de professores que deveriam compor os quadros das escolas secundárias do Estado” (UNESP, s/d).¹⁰ Desse conjunto, fizeram parte as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, de Araraquara, de Franca, de Marília, de Rio Claro e de São José do Rio Preto.

¹⁰ UNESP. “História da criação da Unesp”. Disponível em: <<http://www.unesp.br/apresentacao/historico.php>>. Acesso em: 25/9/2009.

Para Dias (2006, p. 37) o cenário político e econômico nacional do fim do governo Médici (1969-1974) e início da era Geisel (1974-1979) em que se daria a formação da Unesp, aponta evidências de um contexto favorável à organização de instituições de ensino superior no interior dos estados brasileiros. O interior “era o espaço privilegiado desse momento, pela defesa da política de integração nacional e sua irmã gêmea, a política de segurança nacional, as quais deveriam ser alcançadas pela aceleração dos planos nacionais de interiorização do desenvolvimento [...]”, acionados na década de 1950, mas que somente ganhariam impulso e intensidade na década de 1970.

A união dos Institutos Isolados, aprovada em 1976, por determinação do então governador Paulo Egydio Martins, se dá exatamente nesse contexto, pois o Secretário de Educação José Bonifácio Coutinho Nogueira enviou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o projeto de lei n. 539, de 24/10/1975, que instituía a nova universidade – uma autarquia submetida ao governo do Estado de São Paulo – passava a ter uma direção própria. O projeto foi transformado na lei n. 952 de 30/1/1976, que assim dispunha logo no início:

Artigo 1º – Fica criada, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como entidade autárquica de regime especial.

Parágrafo único – A Universidade de que trata este artigo tem como sede e foro o distrito de Ilha Solteira, município de Pereira Barreto.

As condições de que dispunham os Institutos Isolados para iniciar o seu funcionamento acadêmico eram bastante diferenciadas e nem sempre muito favoráveis. É possível perceber que havia uma preocupação maior com a formação profissional para áreas específicas, o que explica o interesse mais acentuado pelas atividades de ensino do que na produção de novos conhecimentos, embora em alguns deles “já se pudesse notar o interesse pela pesquisa” (CORRÊA, 2006). No caso das Faculdades de Filosofia, o objetivo principal era a formação de professores para atender ao magistério secundário. Havia, no entanto, segundo o autor, uma “preocupação de criar um profissional dotado de possibilidades criativas”. Ou seja, esperava-se, fundamentalmente, “poder contar com um profissional bem informado, atualizado com capacidade crítica e preparado para uma ação inovadora e criativa” (*idem*, p. 28). Para tanto, foi necessário ter o devido cuidado na seleção de um corpo docente dotado dessas qualidades,

De acordo Nogueira, no *Jornal da Ciência*, da SBPC:

Quando a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) foi criada, em 1976, poucos acreditavam que daria certo. A organização de uma instituição universitária digna do nome a partir de faculdades isoladas distribuídas por 15 cidades do interior paulista parecia desafio impossível de ser vencido. Fugia das tradições acadêmicas brasileiras e não tinha modelos para seguir. Além do mais, o clima geral do País – estávamos no auge da ditadura militar – hostilizava a vida intelectual, esteio da organização acadêmica que se pretendia. (NOGUEIRA, 2012)

Os primeiros anos foram difíceis, marcados por muitas arbitrariedades. Contudo, havia uma base fornecida pelas faculdades reunidas na nova estrutura, as quais estavam solidamente estabelecidas. “A ideia-força era consolidar o que se tinha para então interiorizar a universidade. O esforço confundia-se com a expectativa de democratização do País, ganhando fôlego e impulso com ela” (*idem*).

Nos Institutos Isolados do interior paulista, as vozes dissonantes do regime sofreram repressão desde 1964. De acordo com Guariba Netto, 18 professores da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto foram demitidos em 1964; já em Assis, professores ligados aos movimentos sindicais ferroviários foram chamados à delegacia, onde foram intimidados, passaram por interrogatórios e foram presos, embora não tenham sido demitidos. Com maior ou menor intensidade, essa mesma situação ocorreu em outros lugares. Mas foi a partir de 1968 que a oposição se tornou mais intensa. Um fato que merece registro, segundo Guariba Netto, foi o movimento nos Institutos de Araraquara, onde se discutia uma pauta sindical para as atividades docentes e de pesquisa, com a reivindicação do tempo integral. Nessa época foi publicada a “Carta de Araraquara”, município que viria sediar, em 1976, a Adunesp, “principal instrumento de resistência dos docentes contra as arbitrariedades” (*apud* SILVA, 2014).

O movimento estudantil, que havia se fortalecido nos anos 1960 com a luta pela Reforma Universitária, acabou refluindo a partir de 1969, com o endurecimento do regime militar; só voltaria à cena, aos poucos, no final dos anos 1970, com o processo de luta pela redemocratização do país. Depois de 1978, as grandes questões políticas nacionais passaram a ser discutidas não mais de forma restrita às salas de aula, “mas fora da Universidade, nos partidos políticos e nos movimentos sociais mobilizados pela redemocratização” (SILVA, 2014).

“Democratização e expansão foram as bandeiras defendidas pela universidade na passagem dos anos 80 para os 90”, com o objetivo de construção de uma identidade

“que pudesse superar sua marca de origem, a excessiva fragmentação. Desta forma a Unesp avalia seu esforço de aproximação com as comunidades do interior, atendendo a suas demandas por mais espaços, cursos e atividades coletivas; com este objetivo, ao longo de toda a década de 1990 a Unesp ampliou a oferta de vagas em consonância com a política do governo do estado de São Paulo de expandir o ensino superior público. (*JORNAL da Unesp*, s/d).

Ainda que a reestruturação da universidade figurasse entre as preocupações de professores e alunos, a “grande questão”, relembra Guariba Netto¹¹, era a redemocratização do país e como superar as barreiras que freavam o desenvolvimento econômico e causavam os desequilíbrios sociais.

A REDEMOCRATIZAÇÃO E A AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES PAULISTAS: Brasil- 25 anos de democracia

A experiência democrática no Brasil, se considerada a partir da promulgação da Constituição de 1988, marca um novo tempo para as universidades estaduais paulistas. Em 1989, já na vigência da nova Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988 e, em face do disposto no seu artigo 207, o estado de São Paulo criou novas normas para a autonomia das universidades estaduais. Com base no decreto n. 29.598, de 2 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre a autonomia universitária, é estabelecido que, no orçamento estadual aprovado anualmente, o valor a ser dividido entre as universidades estaduais deverá levar em conta o tamanho da instituição. Por esse critério, a USP recebe a maior fatia do repasse do imposto (5,029%), fixado anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), montante que é repassado em duodécimos mensais às instituições. A distribuição desse percentual entre as três universidades é decidida pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), assim como a política salarial (decreto n. 29.582/89).¹² Pode-se considerar este momento como um “divisor de águas”, pois a autonomia

¹¹ Ulysses Telles Guariba Netto, que foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, de 1968 a 1977.

¹² “Artigo 3º - O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas baixará normas adicionais fixando os critérios de execução orçamentária das Universidades do Estado de São Paulo, incluindo os relativos à política salarial de seu pessoal docente, técnico e administrativo, observado não só o limite financeiro estabelecido neste decreto como o disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 92, inciso VI da vigente Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 57, de 25 de setembro de 1987.”

acadêmica e financeira possibilita uma fase de crescimento e expansão inéditos na historiografia destas universidades.

PRESENTE/FUTURO

De acordo com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2010), as três universidades estaduais são responsáveis por 42,7% da produção científica nacional. A USP responde por 25,3 % do total da produção brasileira, a UNICAMP por 10,1% e a UNESP por 7,3%.¹³

Ainda que, as três universidades não representem o maior número de matrículas no Estado de São Paulo, apenas 9,8% do universo de estudantes (MEC, 2012), seu prestígio devido sobretudo à sua grande produção científica e à consequente qualidade do seu ensino, as tornam um setor diferenciado dentro da heterogeneidade do ensino superior brasileiro.

Tendo em vista sua importância na esfera da política nacional, na formulação de políticas públicas e sua implicação para a educação nacional, – a USP, a UNICAMP e a UNESP devem formular uma agenda em que o intercâmbio de conhecimento entre pesquisadores e estudantes contribua para a integração e o desenvolvimento nacional. Ressalte-se que, a relevância da educação superior na produção de conhecimento científico, no mundo globalizado, é fator essencial de desenvolvimento e riqueza. Ao mesmo tempo, é de suma importância que a educação superior contribua para a convivência democrática, a tolerância e a promoção de um espírito de solidariedade e de cooperação entre as nações. Assim, pode-se afirmar que as três universidades estaduais paulistas têm um papel relevante na redemocratização e que a relação entre a universidade, a política e a sociedade reforçam positivamente a democracia brasileira.

Considerações Finais.

Hoje, passados 50 anos do golpe militar de 1964, vivemos em fase de consolidação da democracia, o que requer, segundo alguns analistas e estudiosos do campo das ciências sociais e políticas, que se revise o passado com o objetivo de compreender o

¹³ No período 2002-2006, as instituições de maior produção científica e respectivas contribuições para o total do Brasil foram Universidade de São Paulo (USP) (25,5%); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (10,1%); Universidade Estadual Paulista (Unesp) (7,3%). Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo. (dados de 2006). Recuperado em 01 de fevereiro de 2013, de <http://www.fapesp.br/indicadores/2010/volume1/cap4.pdf>

presente e pensar o futuro de sociedades que enfrentaram longos períodos de autoritarismo.

As universidades estaduais paulistas, especialmente a USP, por ter sido a primeira, contribuíram e têm contribuído para a democracia de acordo com seu tempo. Se, em alguns momentos, a luta política contra governos ditatoriais configurou-se pela resistência da universidade, após a redemocratização do país – a partir da segunda metade da década de 1980 – configura-se a luta pela democratização do acesso ao ensino, com o que essas instituições vêm contribuindo, conforme suas possibilidades de expansão, para a construção de um Brasil mais cidadão, mais justo e democrático. Desta forma, pode-se considerar que, as três universidades públicas paulistas vêm contribuindo positivamente para a qualidade da democracia no Brasil.

E, assim, prosseguem historicamente as três universidades públicas paulistas, com sua memória e sua história, construídas cotidianamente por seus atores institucionais e lastreadas pelas políticas públicas do Estado de São Paulo que, nos últimos 25 anos de retorno à democracia, têm sustentado e dado autonomia para que cumpram suas funções e missão. Ao revisitar o passado dessas instituições, teve este trabalho o objetivo de elucidar aspectos indispensáveis à compreensão da relevância dessas instituições que, criadas em regimes de exceção, tornaram-se focos de resistência política, contribuíram para a democratização do país, para a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação no Brasil e, para a ampliação do acesso ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. “Uma crônica das origens. Prefácio”. In: CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Cortez, 1982.

CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

CASTILHO, Myrian Lucia Ruiz. “Memória e história da formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957-1976)”. Tese de doutorado em Educação. Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, 256 fls., 2009.

CASTRO, Rosane Michelli. “O papel estratégico das revistas departamentais na organização das atividades acadêmico-científicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília/SP (1959-1975)”. VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - FACED. *Anais*. Uberlândia, 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/315RosaneMichelleCastro.pdf>>. Acesso em: 10/8/2010.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. “Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo – Memória da criação das escolas que vieram a integrar a UNESP”. In: CEDEM (Centro

de Documentação e Memória). **UNESP – 30 anos**. Memória e Perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. Disponível em: <http://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/15_34.pdf>. Acesso em: 1/5/2014.

DIAS, Marcia Tosta. “Unesp: Criação e reforma”. In: CEDEM (Centro de Documentação e Memória). *UNESP – 30 anos. Memória e perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp, 2006. Disponível em: <http://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/35_54.pdf>. Acesso em: 3/5/2014.

DIAS, M.R.T. “Desafios da gestão universitária: A Unesp – Universidade Estadual Paulista – e a interiorização do ensino superior”. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo (eds.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The John Hopkins University, 2005.

DURHAM, E.R. et al. (Relatora). *O Livro Negro da USP. O controle ideológico na universidade*. Adusp, 1978. Republicado: *O controle ideológico da USP: 1964-1978*. São Paulo: Adusp, Associação dos Docentes da USP, 2004.

DURHAM, Eunice R. “A universidade e o ensino”. Documento de Trabalho, 01/2002. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (Nupes) da Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0201.pdf>>. Acesso em: 26/10/2012.

DURHAM, Eunice.R. Entrevista concedida para este trabalho. Núcleo de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo. Dezembro de 2012.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).Capítulo 4– Análise da produção científica a partir de publicações em periódicos especializados, Indicadores 2010

FERREIRA, Oliveiros S. “Resgatando os fundadores”. *Rev. USP*, n. 60. São Paulo, fev. 2004 (Dossiê 70 anos da USP – Memória).

_____. *Elos partidos: Uma nova visão do poder militar*. São Paulo: Harbra, 2007.

FGV-CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **O AI-5** (Verbete), s/d.. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

GOMES, Eustáquio. *O mandarim: História da infância da Unicamp*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

História da USP: “Entrevista com Beatriz Fétizon”. São Paulo: TV Cultura, 13/12/2011, vídeo. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=Etza5IiTeZY>>. Acesso em: 16/2/2013.

JACKSON, Luiz Carlos. “Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1. São Paulo, 2007.

JORNAL da UNESP. “Entrevista: Antonio Manoel dos Santos Silva, Reitor”. S./d. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/153/entrevis.htm>>. Acesso em: 5/5/2014.

JORNAL da UNICAMP. “O Golpe 40 anos depois”. Ed. 246, de 29 mar. a 4 de abr. 2004. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2004/capa246.html>. Acesso em: 19/9/2013.

_____. “O mandarim. Uma história da infância da Unicamp”. Ed. 313, de 20 fev. a 5 mar. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fevereiro2006/ju313pag6-7.html>. Acesso em: 19/9/2013.

KASSAB, Álvaro. “Quatro visões do golpe”. *Jornal da Unicamp*. Ed. 246, de 29 mar. a 4 abr. 2004, p.10. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2004/ju246pag10.html>. Acesso em: 19/9/2013.

LUCCHESI, Martha A.S.A *universidade no limiar do 3º milênio: desafios e tendências*. São Paulo: Leopoldianum, 2002.

MOISÉS, José Álvaro. “Os significados da democracia segundo os brasileiros”. *Opinião Pública*, vol. 16, n. 2. Campinas, novembro, 2010, pp. 269-309. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200001>. Acesso em: 12/10/2013.

MOISÉS, J.A. e SANCHEZ, B.R. Representação Política das Mulheres e Qualidade da Democracia: O Caso Do Brasil:in MOISÉS, José Álvaro (Org.). *O Congresso nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014. pp.89-115. Disponível em:<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/livros/o-congresso-nacional-os-partidos-politicos-e-o-sistema-de-integridade>> acesso em 20/05/2015

MOISÉS ET AL., Relatório de Pesquisa: “BRASIL, 25 ANOS DE DEMOCRACIA – BALANÇO CRÍTICO: Políticas Públicas, Instituições, Sociedade Civil e Cultura Política – 1988/2013”.NUPPs /FAPESP/2013.

MOTTA,Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “A Unesp, 36 anos depois”. *Jornal da Ciência*. SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). [S.l.], 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.php?id=81309>>. Acesso em: 12/3/2014.

O'DONNELL, Guillermo. *Democracia, agência e estado: Teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

O ESTADO de S. Paulo “Olhar para o exterior: Receita para aparecer”. *O Estado de S. Paulo*. Edição especial USP 80 anos de 24/01/2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,olhar-para-o-externo-receita-para-aparecer,1122104,0.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. “A criação da Universidade de São Paulo (...)”. *O Estado de S. Paulo*. Edição de 26/1/1934, p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19340126-19712-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: 18/10/2013.

SILVA, Marco. “Universidade em tempo de ditadura (Entrevista de Ulysses Telles Guariba Netto)”. *Substantivo Plural*, Natal, RN, 3/4/2014. Disponível em: <<http://www.substantivoplural.com.br/entrevista-ulysses-telles/>>. Acesso em: 7/5/2014.

SCHWARTZMAN, Simon. “A universidade primeira do Brasil: Entre *intelligentsia*, padrão internacional e inclusão social”. *Estudos Avançados*, vol. 20, n. 56, pp. 161-189, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/worldclass_pt.pdf>. Acesso em: 15/9/2013.

SILVA, Franklin Leopoldo. “A experiência universitária entre dois liberalismos”. *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*, v. 11, n. 1, pp. 1-47, maio 1999.

TOLEDO, Caio N. de. “A Unicamp não foi uma ilha: Por uma comissão da verdade e da memória”. *In*: Coordenadoria Geral da Unicamp, 2013. Disponível em: <http://www.cgu.unicamp.br/comissao_verdade/pdf/cvu_artigo_prof_Caio_Toledo_140319.pdf>. Acesso em: 25/4/2014.